

1.000

QUESTÕES PARA O

IASSES

AGENTE SOCIOEDUCATIVO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
→ ORTOGRAFIA – CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	10
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	17
→ ARTIGO	22
→ SUBSTANTIVO	25
→ ADJETIVO	28
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	30
→ ADVÉRBIO	33
→ PREPOSIÇÃO.....	34
→ CONJUNÇÃO.....	35
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	38
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	40
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	45
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	47
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	49
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	57
→ CRASE.....	60
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	65
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES – PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	70
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	76
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	81
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	102
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	107
→ GABARITO 	111
 RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	 117
→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	117
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	118
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	118

→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	118
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	119
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	119
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	119
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADE A PARTIR DE ÁREAS	120
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	120
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	120
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	121
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	121
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	123
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	124
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	124
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	125
→ PORCENTAGEM.....	126
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	128
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	129
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	131
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	132
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	134
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	134
→ JUROS SIMPLES	135
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	135
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	136
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	137
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	137
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	137
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	138
→ GABARITO 	138

INFORMÁTICA 141

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	141
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	142
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	143
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	144
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	145
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	147
→ WINDOWS 11.....	148
→ WORD 2019	149
→ EXCEL 2019	153
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	156

→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	160
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	161
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	162
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	163
→ FIREWALL E PROXY.....	164
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	166
→ GABARITO 	167

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 171

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 220 A 246 DA LC Nº 46/1994).....	171
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR (ARTS. 247 A 286 DA LC Nº 46/1994).....	171
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	171
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	171
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	172
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	173
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	174
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	176
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	177
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	178
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	179
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	179
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	180
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	180
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	182
→ QUESTÕES MESCLADAS DE ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (ARTS. 18 A 43 DA CF/1988).....	182
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	183
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	183
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	183
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	183
→ NOÇÕES GERAIS (ORDEM SOCIAL).....	183
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	184
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	184
→ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	184
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE (ARTS. 7º A 14 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	186
→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ARTS. 15 A 18-B DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	187
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR (ARTS. 19 A 24 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	187
→ DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ARTS. 28 A 52-D DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	188

→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 53 A 59-A DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	188
→ DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO (ARTS. 60 A 69 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	190
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA PREVENÇÃO (ARTS. 70 A 73 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO (ARTS. 86 A 89 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (ARTS. 90 A 97 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	191
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL (ARTS. 103 A 105 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	191
→ DOS DIREITOS INDIVIDUAIS (ARTS. 106 A 109 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	192
→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ARTS. 112 A 125 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	192
→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	193
→ DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS (ARTS. 208 A 224 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	193
→ DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 245 A 258-C DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	193
→ LEI Nº 12.594/2012 - SINASE	193
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	195
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	196
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIROs	197
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	198
→ DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA (ARTS. 23 A 26 DA LEI Nº 12.288/2010)	198
→ DO ACESSO À TERRA E À MORADIA ADEQUADA (ARTS. 27 A 37 DA LEI Nº 12.288/2010)	199
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	199
→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES	199
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	200
→ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA	200
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	200
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	201
→ GABARITO 	201

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 220 A 246 DA LC Nº 46/1994)

1. (IDCAP – 2023) Em relação ao regime disciplinar dos deveres do Servidor Público, previstos na Lei Complementar Nº 46 de 31 de janeiro de 1994, assinale a alternativa que NÃO

corresponde a um dever do Servidor Público.

- a) Observar as normas legais e regulamentares.
- b) Dar causa a sindicância ou processo administrativo-disciplinar, imputando a qualquer servidor público infração de que o sabe inocente.
- c) Guardar sigilo sobre assuntos da repartição.
- d) Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, de que tenha tomado conhecimento, indicando elementos de prova para efeito de apuração em processo apropriado.
- e) Levar ao conhecimento da autoridade as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função.

→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR (ARTS. 247 A 286 DA LC Nº 46/1994)

2. (IDCAP – 2023) Referente ao Processo Administrativo-Disciplinar e, em relação as irregularidades no serviço público, previsto na Lei Complementar Nº 46 de 31 de janeiro de 1994, analise as afirmativas abaixo.

I. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que, contenham a identificação do denunciante, devendo ser formuladas por escrito.

II. A sindicância se constituirá de averiguação sumária promovida no intuito de obter informações ou esclarecimentos necessários à determinação do verdadeiro significado dos fatos denunciados.

III. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo-disciplinar, assegurada ao denunciado ampla defesa.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

3. (IDCAP – 2020) A constituição brasileira pode ser classificada como:

- a) Rígida, histórica e sintética.
- b) Outorgada, escrita e formal.
- c) Formal, escrita e analítica.
- d) Dirigente, semântica e flexível.
- e) Pactuada, ortodoxa e analítica.

→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

4. (IDCAP – 2024) Analise os artigos da Constituição Federal abaixo:

I. Art. 5º [...] XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II. Art. 25. § 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

III. Art. 145. [...] § 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

IV. Art. 170 [...] Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

V. Art. 5º [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

São normas de eficácia plena:

- a) V, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) IV, apenas.
- d) I, II, III e V, apenas.
- e) III e V, apenas.

5. (IDCAP – 2024) Considerando a eficácia das normas constitucionais, relacione CORRETAMENTE a coluna 1, que indica o artigo da Constituição Federal, com a coluna 2, que indica a classificação:

Coluna 1

- (1) Art. 5º [...] III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (2) Art. 18 [...] § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- (3) Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.
- (4) Art. 37 [...] I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

Coluna 2

- () Norma de eficácia contida.
- () Norma de eficácia limitada de princípio institutivo.
- () Norma de eficácia plena.
- () Norma de eficácia limitada de princípio programático.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA da coluna 2:

- a) 1 - 3 - 4 - 2.
- b) 2 - 1 - 4 - 3.
- c) 3 - 1 - 2 - 4.
- d) 1 - 2 - 3 - 4.
- e) 4 - 2 - 1 - 3.

6. (IDCAP – 2024) A aplicabilidade e a interpretação das normas constitucionais são temas essenciais para o entendimento da forma como a Constituição opera no ordenamento jurídico brasileiro. Dada a distinção entre normas de eficácia plena, contida e limitada, bem como os conceitos de vigência e eficácia, considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:

- a) As normas constitucionais de eficácia contida só podem produzir efeitos após serem regulamentadas por lei específica.
- b) As normas constitucionais de eficácia plena possuem aplicabilidade imediata, independem de regulamentação infraconstitucional e produzem todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição.
- c) As normas constitucionais de eficácia limitada produzem todos os seus efeitos imediatamente, independentemente de regulamentação infraconstitucional.
- d) A vigência de uma norma constitucional ocorre apenas após sua regulamentação por legislação infraconstitucional.

7. (IDCAP – 2023) O ordenamento jurídico Brasileiro estabelece quatro planos hierárquicos, sendo desconsiderado o âmbito infralegal: constitucional, supralegal, nacional e parcial (que inclui a esfera federal, estadual, distrital e municipal). Assinale a alternativa que de acordo com a hierarquia entre leis ordinárias orçamentárias do direito brasileiro estão no ápice da ordem jurídica e goza de supremacia sobre todas as demais.

- a) Constitucional.
- b) Supralegal.
- c) Parcial.
- d) Nacional.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

8. (IDCAP – 2024) De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta sobre os princípios fundamentais:

- a) A dignidade da pessoa humana, apesar de ser um dos fundamentos da República, não influencia a elaboração das leis municipais.
- b) A cidadania e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil e devem orientar todas as esferas do poder público.
- c) A soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, mas não implica autonomia nas decisões internacionais do país.
- d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não estão incluídos entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

9. (IDCAP – 2024) Assinale a alternativa que indica, corretamente, um fundamento da República Federativa do Brasil, previsto na Constituição Federal:

- a) O desenvolvimento nacional.
- b) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A erradicação da pobreza.
- d) A promoção igualitária do bem de todos.
- e) A dignidade da pessoa humana.

10. (IDCAP – 2024) Logo em seu Título I, a Constituição Federal elenca os Princípios Fundamentais, considerados os pilares estruturantes do Estado Democrático de Direito. Com base no que dispõe o texto constitucional, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um fundamento da República Federativa do Brasil:

- a) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- b) Prevalência dos direitos humanos.
- c) Defesa da paz.
- d) Dignidade da pessoa humana.

11. (IDCAP – 2024) Com base nos princípios fundamentais estabelecidos no Título I da Constituição Federal de 1988, pilares de todo ordenamento jurídico, analise as alternativas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) Em suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio da intervenção.
- b) Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Todo o poder emana do povo, que o exerce somente por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição.
- d) O Poder Judiciário, pela natureza das suas atividades, se sobrepõe ao Poder Executivo e Legislativo, os quais estão a ele subordinados.

12. (IDCAP – 2024) A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios fundamentais que orientam a organização política, econômica e social do Estado brasileiro. Estes princípios formam a base da estrutura constitucional e asseguram os direitos e garantias fundamentais, além de definir a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Sobre o assunto, julgue as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A soberania é um princípio fundamental que confere ao Brasil o direito de legislar exclusivamente dentro de seu território, sem qualquer limitação externa.
- () O pluralismo político assegura a liberdade de expressão e organização de grupos com diferentes ideologias, desde que não contrariem os princípios de uma economia centralizada.
- () A dignidade da pessoa humana é considerada um princípio fundamental e norteia toda a ordem jurídica brasileira, servindo de base para a interpretação dos direitos e garantias individuais.

Assinale a alternativa cuja respectiva ordem de julgamento está correta:

- a) F – F – F.
- b) V – V – V.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.

13. (IDCAP – 2024) É correto afirmar que, nos termos do Art. 3º, da Constituição Federal, é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) A independência nacional.
- b) O pluralismo político.
- c) A garantia do desenvolvimento nacional.
- d) A solução pacífica dos conflitos.

14. (IDCAP – 2024) Nos termos do Art. 4º, da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) Intervenção.
- b) Negativa de asilo político.
- c) Defesa dos conflitos.
- d) Autodeterminação dos povos.

15. (IDCAP – 2024) Considerando os princípios fundamentais que estruturam a República Federativa do Brasil, conforme estabelecido na Constituição de 1988, esses princípios servem como base para toda a organização do Estado, norteando as relações entre os cidadãos e o governo, assim como a atuação do Brasil no cenário internacional. Sobre os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição de 1988 e sua aplicação, julgue as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() A República Federativa do Brasil é composta pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, e tem como um de seus fundamentos o pluralismo político.

() A Constituição estabelece a soberania como um dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro, ao lado da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

() Entre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil está a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos, previstos no artigo 4º da Constituição Federal.

Assinale a alternativa cuja respectiva ordem de julgamento está correta:

- a) V – F – F.
- b) F – F – F.
- c) V – F – V.
- d) V – V – V.

16. (IDCAP – 2024) A Constituição Federal de 1988 incorpora diversos direitos humanos fundamentais, inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegurando a proteção da dignidade, igualdade e liberdade. Com base nisso, assinale a alternativa correta:

- a) O Artigo 5º da Constituição estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- b) O Artigo 4º da Constituição determina que os direitos humanos devem prevalecer apenas nas relações internacionais, não havendo impacto interno nas políticas do Brasil.
- c) O Artigo 6º da Constituição Federal considera apenas a educação e o trabalho como direitos sociais.

- d) A Constituição de 1988 trata os direitos à igualdade e à liberdade como secundários, dando prioridade ao direito à propriedade.

17. (IDCAP – 2019) Após a aula de Direito Constitucional no 5º semestre do curso de Direito da Universidade Kappa Gama, Marcelo e Diana estavam em debate sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Marcelo sustentava que a soberania consiste em um dos objetivos fundamentais da República, enquanto Diana sustentava que não, que a soberania consiste em um dos fundamentos da República. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Marcelo está correto e Diana está equivocada.
- b) Ambos estão equivocados.
- c) Ambos estão corretos.
- d) Marcelo está correto, mas Diana não está totalmente equivocada.
- e) Diana está correta.

18. (IDCAP – 2019) Rodrigo e Adriana, estudantes do curso de Direito da Universidade Kappa Delta, estavam em uma análise sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Rodrigo sustentava que a autodeterminação dos povos se tratava de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, enquanto que Adriana argumentou que na verdade se tratava de um princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil, já que os objetivos fundamentais seriam: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Adriana está correta.
- b) Rodrigo está correto.
- c) Ambos estão corretos.
- d) Ambos estão equivocados.
- e) Ambos estão parcialmente equivocados e parcialmente corretos.

19. (IDCAP – 2019) Daniel e Juan, estudantes do curso de Direito da Universidade XPTO, estavam em grande debate sobre os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal. Daniel sustentava que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, enquanto Juan sustentava que são

na verdade, princípios que regem as relações internacionais da República. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a situação descrita:

- a) Daniel está correto.
- b) Juan está correto.
- c) Ambos estão corretos.
- d) Ambos estão equivocados.
- e) Ambos estão parcialmente corretos e parcialmente equivocados.

→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)

20. (IDCAP – 2024) Com base na Teoria Geral dos Direitos Fundamentais e na Constituição Federal do Brasil de 1988, identifica uma alternativa correta sobre a natureza e aplicação dos direitos fundamentais:

- a) Os direitos fundamentais, por sua natureza, aplicam-se exclusivamente nas relações entre o cidadão e o Estado, não influenciando as relações entre particulares.